

## ENCRUZILHADAS E PERSPECTIVAS DA (S) ESQUERDA (S) NO SÉCULO XXI

SIDNEI FERREIRA DE VARES<sup>110\*</sup>

SANTOS, Boaventura de Souza. *Esquerdas do mundo, uni-vos!*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018. 85 p.

Boaventura de Souza Santos é doutor em sociologia do direito pela Universidade de Yale, além de professor catedrático jubilado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e distinguished scholar da Universidade de Wisconsin-Madison. Autor de diversas obras nas áreas da sociologia do direito, sociologia política, epistemologia, movimentos sociais etc., Santos é hoje um dos mais prestigiados intelectuais portugueses e, quiçá, um dos maiores expoentes do pensamento de esquerda em atividade na Europa e no mundo. Detentor de uma obra robusta e significativa, reconhecida pela comunidade acadêmica, o autor possui diversos prêmios nacionais e internacionais. Entre suas obras, destacam-se “Um discurso sobre as ciências” (Cortez, 1987), “Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade” (Cortez, 2007), “A difícil democracia: reinventar as esquerdas” (2016).

Seu último trabalho, intitulado “Esquerdas do mundo, uni-vos!”, recentemente publicado no Brasil pela Editora Boitempo, constitui um esforço em analisar, em termos conjunturais, a situação das esquerdas mundiais frente ao avanço das forças neoliberais e conservadoras. O referido trabalho é demasiadamente fluído e, a despeito de sua diminuta extensão - trata-se de um ensaio com pouco mais de 80 páginas -, contém alguns insights interessantes sobre os desafios que se apresentam aos grupos e partidos de esquerda além, é claro, de apontar alguns caminhos para superar a inércia em que se encontram.

O livro está organizado da seguinte forma: um breve prefácio, no qual o autor explica as motivações que o levaram a escrevê-lo; uma introdução produzida exclusivamente para a edição brasileira, na qual analisa a realidade política deste país, em especial o período posterior ao golpe que quedou a presidente Dilma Rousseff, em 2016; três capítulos nos quais o autor discute os dilemas e desafios que recaem sobre a esquerda mundial, bem como alguns caminhos com vistas a superar a paralisia que, atualmente, acomete as esquerdas; um pequeno adendo em que reflete sobre outros contextos além do europeu e do latino-americano; e, por fim, uma conclusão.

Logo no início do “Prefácio” à edição brasileira, Souza argumenta que, nesta obra, diferentemente de suas obras anteriores, o centro de sua análise é a conjuntura,

110. Doutor e mestre em Educação pela USP. Professor dos Cursos de História, Filosofia e Pedagogia do Centro Universitário Assunção - UNIFAI.

isto é, as “escalas temporais de médio e longo prazos” (p.7) acerca das dificuldades enfrentadas pelas esquerdas, tanto nos países centrais do capitalismo, quanto em países periféricos, como nos casos da América Latina e de alguns países de fora do eixo ocidental, tais como China e Índia. Aproveita a ocasião para alertar o leitor sobre a introdução à edição brasileira, escrita em fevereiro de 2018, portanto no calor dos acontecimentos decorrentes do processo de impeachment que findou o governo de Dilma Rousseff, o que, em sua visão, pode tornar sua análise ultrapassada com o decorrer do tempo. Ademais, aproveita a ocasião também para explicitar o que entende por esquerda: “o conjunto de teorias e práticas transformadoras que, ao longo dos últimos 150 anos, resistiram à expansão do capitalismo e aos tipos de relações econômicas, sociais, políticas e culturais que ele gera”, sobretudo “num mundo cada vez mais interdependente” (p. 8), onde a “necessidade de aprendizagens globais” se tornou necessária, sobretudo porque parte das esquerdas mundiais demonstra “enorme dificuldade em reconhecer as experiências de outras forças de esquerda noutros países” (p.9).

Na “Introdução”, subintitulada “A democracia brasileira na encruzilhada”, Souza procura demonstrar que todas as conquistas sociais e democráticas obtidas pelos brasileiros nos últimos quinze anos estão sendo pulverizadas frente ao avanço de forças conservadoras, centradas quase que exclusivamente nas mesmas classes dominantes “que sempre promoveram a exclusão, a discriminação e o autoritarismo” (p.11), e que, mesmo não sendo prejudicadas pelos processos inclusivos, sentem-se ameaçadas pelo aprofundamento da democracia nesse país. Na visão do autor português, além de gerar uma enorme perplexidade, esse processo tende a ser paralisante por quatro razões principais, a saber: 1) pelo fato do golpe institucional, que destituiu uma presidente eleita, impedir uma reflexão mais aprofundada sobre esse processo, e ter se convertido em um “golpe continuado”, ou seja, em uma perseguição judicial ao principal arquiteto das conquistas obtidas nos últimos anos; 2) pelo fato de os setores sociais oprimidos - que compõem o que denomina de “Brasil profundo” - serem invisíveis aos olhos das esquerdas brasileiras; 3) pelo fato de as alas democratas e progressistas brasileiras, sobretudo à esquerda, ignorarem as influências das grandes potências, em especial a estadunidense, seja através de suas agências de governo, seja através das grandes corporações, sobre a opinião pública, o campo político e o sistema judicial brasileiro; 4) por fim, pelo fato das forças democráticas, sobretudo de esquerda, não conseguirem organizar uma estratégia de resistência alternativa capaz de aglutinar os setores progressistas da sociedade política e civil no contexto da polarização política. Desse modo, o grande desafio das esquerdas brasileiras, diante das incertezas acerca dos processos democráticos, é o de superar suas divisões políticas por meio de ações menos dogmáticas e mais pragmáticas.

No primeiro capítulo do livro, “O novo interregno”, Souza analisa as transformações geradas pela globalização no final do século XX, responsáveis por decretar o fim do socialismo no leste europeu e da guerra fria (agenda explícita) e que, após a crise financeira de 2008-2011, deflagraram mais um período de incertezas e indefinições (um interregno conforme a famosa expressão de Gramsci), desta vez em relação às modestas conquistas do Estado de bem-estar social levadas a cabo pelos governos de cunho social-liberal (agenda implícita). Para aclarar esse processo, o autor resgata, num plano histórico, algumas dessas conquistas e, posteriormente, demonstra como as posições coletivistas, centradas na ideia de um Estado regulador da economia, colidiram com os interesses individualistas do mercado, impactando negativamente sobre as pautas reivindicadas pelas forças de esquerdas. Segundo Souza, o referido processo, que se deu de maneira silenciosa, ancorou-se na tese segundo a qual o fortalecimento do Estado constituía um empecilho para o avanço para as supostas soluções representadas pelo livre mercado. O resultado fora a destruição da social democracia, último refúgio das classes trabalhadoras contra a voracidade das políticas neoliberais. Com efeito, na ótica do autor português, o atual contexto revelaria a inviabilidade de uma conciliação real entre Estado e mercado, sobretudo porque a própria democracia liberal fora posta em xeque pelas vertentes fasticizantes do neoliberalismo colocando as esquerdas que acreditam em um capitalismo de rosto humano e as esquerdas que estão convencidas de que o capitalismo é intrinsecamente desumano em um conflito desarmonizador e, conseqüentemente, paralisante.

No segundo capítulo, “As forças de esquerda perante o novo interregno”, Souza analisa os mecanismos através dos quais “as novas e velhas forças de direita e de extrema direita”, travestidas de porta-vozes da democracia (dos direitos do povo e do entendem como sendo o povo) procuram defender seus próprios interesses, mas também o modo como “as novas e velhas forças de esquerda propõem-se defender a democracia contra os limites e as perversões da democracia representativa, liberal” (p. 38). Na ótica do autor, embora procurem articular a democracia representativa e a democracia participativa, as esquerdas têm incorrido em alguns equívocos, a saber: a) o deslocamento da discussão acerca do socialismo para uma discussão acerca da democracia, sem se dar conta que a democracia liberal é, hoje, em muitos países, uma imposição do imperialismo e que os direitos humanos são invocados apenas para liquidar governos que resistem a essas imposições; b) o tom das lutas e reivindicações das esquerdas é, em geral, defensivo, à medida que estas nunca procuram avançar para além do que fora conquistado; c) por mais que o regime democrático esteja desacreditado, as esquerdas se veem imputadas - sob o risco de ficarem de fora - a se posicionar no interior do jogo democrático liberal, atuando de acordo com as regras instituídas pelas elites políticas e financeiras. Apesar dessas dificuldades, Souza acredita que estas podem se converter em projetos alternativos de

luta política, isto é, em alianças e articulações com vistas a dar as diferentes forças de esquerda alguma unidade. A experiência portuguesa é, nesse sentido, emblemática. Isso porque as esquerdas deste país, após um conjunto de negociações complexas, conseguiram recentemente se aglutinar em torno de algumas pautas comuns, formando um bloco político mais ou menos coeso e contrário aos interesses do capital financeiro global. Para tanto, adotaram uma linha pragmática e coerente sem, no entanto, porem em risco suas identidades políticas. Na interpretação do autor, o caso português tem muito a ensinar às esquerdas de outros países, desde que estas se atentem às particularidades de seus contextos políticos e disponham de lideranças com capacidade de negociação e boa vontade em relação às suas bases ao invés de se curvarem às pressões políticas dos grupos de centro e centro-direita. Por isso, é mister a criação de canais de comunicação alternativos com a sociedade civil, visando, pois, demonstrar que as esquerdas, além de saberem negociar, sabem estabelecer objetivos concretos e realizáveis.

No terceiro capítulo, “Alguns cenários incertos para a articulação das forças de esquerda”, Souza analisa a situação das esquerdas em países como o Brasil, Colômbia, México e Espanha - os três primeiros com eleições presidenciais marcadas para 2018. Em relação ao Brasil, primeiro país analisado, o autor destaca os impactos do golpe parlamentar, da operação Lava Jato e do governo ilegítimo de Michel Temer sobre as políticas de inclusão social empreendidas nos últimos anos pelo governo Lula da Silva, e que incidiram negativamente sobre a credibilidade do Partido dos Trabalhadores face à sua tentativa de promover “uma grande conciliação nacional numa sociedade atravessada por clivagens profundas de classe, raça e sexo” (p.52), incluindo partidos de centro-direita. Para Souza, o futuro das esquerdas brasileiras estaria condicionado à sua capacidade de articular uma frente política de esquerda que, além de incluir os movimentos sociais, fosse capaz de lançar as bases para um programa político centrado num “reformismo forte”. Em relação à Colômbia, Souza argumenta que a demonização da luta armada, promovida pelos grandes veículos midiáticos colombianos e estimulada pelo imperialismo estadunidense, impediu a concretização do processo de paz e, por conseguinte, gerou um ambiente hostil às pautas da esquerda, impedindo, pois, um consenso mínimo entre as forças de esquerda deste país. Quanto ao México, o sociólogo português salienta que a fratura entre os grupos de esquerda que atuam dentro nos limites institucionalidade, ou seja, do jogo político democrático liberal, e os que atuam fora destes limites tende a reforçar a hegemonia política da direita neste país, o que também concorre para desacreditar as instituições democráticas, visto que a maior parte da população não se sente representada em termos políticos. Por fim, ao tratar da Espanha, Souza argumenta que os dilemas acerca da identidade nacional, que atravessam a história deste país e que envolvem a rivalidade entre bascos e espanhóis, dificulta uma articulação entre as esquerdas, em especial entre

o Podemos e o PSOE, visto que esses partidos divergem quanto aos rumos do movimento separatista - de caráter transclassista - levado a cabo pelos bascos.

Na última parte do livro, “Adendo sobre outros contextos”, o autor resgata parte da discussão sobre os quatro países anteriormente analisados, e inclui uma rápida análise sobre outros países, que vivem dificuldades quanto à articulação de uma frente de esquerda capaz de se contrapor às forças conservadoras.

A “Conclusão” do livro comporta algumas ilações que, no médio e longo prazo, podem nortear a agenda política das esquerdas mundiais. Na visão de Souza, estas precisam ser, a um só tempo, mais “humildes” - à medida que devem operar num mundo em que o objetivo com vistas a construir um sistema alternativo ao capitalismo, ao colonialismo e ao patriarcado - e mais “ambiciosas” - à medida que só as esquerdas podem salvar a humanidade dos efeitos deletérios do neoliberalismo. Para tanto, cabe às esquerdas insistir na defesa da dignidade da humanidade e da natureza através da radicalização da democracia, visto que o capital financeiro global, sobretudo a sua vertente fasticizante, tenta a todo custo descaracterizá-la. Com efeito, argumenta o autor, a defesa da democracia liberal, aparentemente falida e outrora questionada pela própria esquerda, pode se tornar uma bandeira comum para a união das esquerdas, que devem aprender umas com as outras, dando assim sentido ao título escolhido para o livro: “esquerdas do mundo, uni-vos!”.

\*\*\*

O novo livro de Boaventura de Souza Santos é demasiadamente agradável e fluído, tanto pelo estilo de escrita do autor, quanto pela forma didática com que explica os temas abordados. Isso porque, embora o assunto do livro seja espinhoso e complexo, o experiente autor português demonstra grande capacidade de síntese, facilitando, pois, a compreensão de suas ideias, sobretudo entre leigos e neófitos. A chave-interpretativa de Souza é claramente marxista. Toda a sua análise está calcada no repertório conceitual contido nesta tradição. O conceito de “interregno”, por exemplo, ele extrai de Gramsci, mas nota-se, também, um esforço por parte do autor em manter as linhas-mestras do pensamento de Marx, em especial o conceito de “luta de classes”. Ademais, o autor visivelmente procura amenizar as tensões existentes entre o pensamento marxista e as novas modalidades interpretativas representadas pelo pensamento pós-estruturalista que, como é sabido, se assentam em questões como as de gênero, raça e etnia. Em termos propositivos, o livro é bastante promissor, à medida que estabelece diretrizes para uma possível, embora difícil, conciliação entre as diversas forças políticas à esquerda, desde as

mais moderadas às mais radicais. O fato de o autor propor uma análise conjuntural, que envolve as experiências de esquerda em diversos países, corrobora para a formação de um campo de negociação comum, escapando, pois, à tentação simplista acerca das soluções isoladas e dispersas. Isso, todavia, não significa que o autor desconsidere as peculiaridades políticas e culturais de cada um dos países analisados, mas apenas demonstra que, apesar dessas diferenças, os indícios de que há uma articulação do capital financeiro global em marcha não pode e nem deve paralisar a luta das esquerdas. Talvez por isso Souza insista tanto na adoção de uma política mais pragmática do que programática, e enfatize a necessidade de se criar um campo dialógico mínimo em que seja possível estabelecer objetivos comuns com vistas a resistir à hegemonia política dos grupos e partidos de direita. Isso explica porque a luta pela democracia, mais do que as questões de classe, gênero, raça e etnia, tornou-se central para as esquerdas. Afinal, se por um lado o descrédito em que os sistemas democráticos liberais foram lançados abre espaço para saídas fastidiantes, por outro, é a luta com vistas à radicalização da democracia o que pode unir as esquerdas e, também, impedir que aquele processo obtenha sucesso. Por isso, na ótica do sociólogo português, as esquerdas locais, ao invés de isolarem-se, devem se abrir para as esquerdas mundiais, pois é exatamente essa troca de experiências que apontará os caminhos para um projeto comum, ainda que, conforme observe Souza, as dificuldades sejam maiores do que as facilidades no curto prazo. É possível afirmar, nesse sentido, que o referido trabalho constitui uma espécie de farol cujo intuito é fornecer um direcionamento às esquerdas nesse momento de paralisia. Ainda assim, é impossível definir em que medida as esquerdas, tão cindidas e enfraquecidas, podem resistir à força do capital financeiro e do imperialismo. Isso porque essas cisões, que vão muito além do caráter moderado ou radical dos grupos e partidos de esquerda, se convertem em um empecilho interno considerável ao intento proposto por Souza. Afinal, o papel histórico da esquerda na luta contra a opressão e as desigualdades, conquanto real, não garante, por si só, o surgimento de canais mínimos de diálogo que abarque todas essas forças e permita uma articulação dessa natureza, conforme demonstram as experiências históricas. Em outros termos, o otimismo do autor parece esbarrar na realidade concreta, sem dúvida mais árdua do que se imagina. Mas a despeito desses desafios, o referido trabalho tem o mérito de expor o caráter prejudicial do sectarismo político que acomete a esquerda. O fato das esquerdas não conseguirem se aproximar em torno de pautas comuns, mantendo-se fortemente ligadas a seus programas políticos-partidários, só fortalece a escalada autoritária das direitas. Não porque a direita seja coesa, pelo contrário. Contudo, ainda que as forças de direita também apresentem diferenças, algumas pautas são comuns entre elas. O caso brasileiro é, nesse sentido, exemplificador. A bancada BBB (boi, bala e bíblia) é programaticamente muito distinta, porém consegue se aglutinar em torno de algumas pautas moralistas, demonstrando que, apesar da pluralidade de pensamento, dispõe de clareza em relação a seus rivais políticos, ou seja, os partidos e movimentos



de esquerda. É justamente essa clareza o que falta às esquerdas que, por pensarem mais programaticamente do que pragmaticamente, prosseguem digladiando entre si.

O otimismo do autor é, certamente, resultado da experiência portuguesa que, nos últimos anos, não só conseguiu superar suas disputas internas, mas também chegar a um denominador comum acerca das pautas políticas que devem nortear as disputas eleitorais. Na visão de Souza, essas pautas seriam mais atrativas do que as pautas dos grupos de direita e, exatamente por isso, poderiam se converter em bandeiras eleitorais interessantes e eficazes. Todavia, é este otimismo que o impede de ver o real tamanho do problema que circunda as esquerdas. Não há, por parte do Souza, uma reflexão mais apurada sobre as estratégias políticas a serem adotadas pelas esquerdas para irromper a blindagem midiática e jurídica que, alimentada pela voracidade das elites econômicas, protege os grupos de direita. Isso por que os grupos de direita e de centro-direita controlam os mecanismos responsáveis por popularizar suas pautas. Desse modo, fica a impressão de que só em períodos eleitorais a esquerda poderia medir forças com a direita. Com efeito, o autor pouco contribui para discutir, no âmbito das estratégias políticas, como quebrar a hegemonia burguesa. Outro ponto problemático do livro refere-se ao fato de que, mesmo diante de uma possível união das esquerdas, locais e mundiais, o autor pouco fala a respeito dos processos repressivos utilizados pela direita para impedir o avanço das esquerdas, sugerindo, pois, erroneamente, que o sistema democrático-liberal constitui um campo de neutro de disputa política. Embora concordemos com a tese segundo a qual a união das esquerdas é uma prerrogativa inadiável, esta, sem uma estratégia de embate ideológico por parte da esquerda, não será capaz de garantir uma sequência vitoriosa e, muito menos, um espaço mínimo de governança.

Recebido em: 27 de maio de 2018.

Aprovado em: 08 de março de 2019